



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

## O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) E A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS VISÕES DOS BENEFICIÁRIOS E ACADÊMICOS DA FACULDADE META

Warlesson Oliveira da Silva<sup>1</sup>  
Letícia Mendonça Lopes Ribeiro<sup>2</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Esse estudo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso do autor do estudo – em parceria com a coautora, responsável por sua orientação – e tem por objeto de análise o Programa Universidade para Todos (Prouni), considerando suas repercussões na permanência dos acadêmicos na educação superior privada. Logo, objetivou-se identificar as visões dos acadêmicos do curso de pedagogia da Faculdade Meta (Fameta), beneficiários deste programa, diante da sua importância para a permanência do estudante na educação superior.

Nesse contexto, é relevante destacar que o interesse por essa temática surgiu devido à própria vivência acadêmica do autor principal deste texto. Egresso da educação superior, graças ao subsídio do Prouni, o autor atribui a esta política pública sua segurança no ingresso e, especialmente, na permanência como acadêmico em uma instituição privada de educação superior. Além disso, o autor também crê que a oportunidade de concluir a graduação no período previsto ao início do curso, sem quaisquer greves, o auxiliou no planejamento de suas ações após a formatura, o que interfere positivamente na organização de suas atividades profissionais atuais.

Portanto, o motivo que levou autor e coautora a estudar esta temática foi justamente o (discutível) sucesso do Prouni no cenário privado dos cursos de graduação. Além disso, sentiu-se a necessidade em compreender não apenas o benefício concedido, como também o direito de “acesso aos níveis mais elevados do

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Faculdade Meta (Fameta). E-mail: [warlesson2011@hotmail.com](mailto:warlesson2011@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Professora Assistente do Centro de Educação Letras e Artes (Cela) da Ufac. E-mail: [leticiamendonca@yahoo.com.br](mailto:leticiamendonca@yahoo.com.br).



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

ensino” (BRASIL, 1996), conquistado por muitos graduandos e graduados com o suporte do Prouni.

No caso do presente estudo, é importante ressaltar que o Prouni, tem como principal característica a concessão de bolsas de estudo para o ingresso ao nível superior em Instituições de Educação Superior (IES) privadas. Segundo o Ministério da Educação (MEC), este é um programa que concede bolsas de estudo integrais 100% e parciais de 50% nas referidas IES privadas que oferecem em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, contanto que o estudante seja brasileiro e ainda não tenha diploma de nível superior (BRASIL, 2016). Entretanto, há inúmeros outros critérios de elegibilidade, para o pleito à bolsa do programa, são fundamentais para a inscrição dos candidatos. Tais critérios serão apresentados, com maior riqueza de detalhes, no decorrer deste texto.

Em princípio, é importante salientar também o reconhecimento do Prouni, o qual se deu através da lei 11.096 de 2005, a qual foi responsável por instituir o Prouni. É com a entrada em vigor, desta lei, que o programa passa a ser firmado e provoca fortes discussões sobre o uso dos recursos públicos na educação privada, uma vez que o incentivo fiscal, às instituições que aderem ao Prouni, é o pilar imprescindível para o exercício da política.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa se concentrou na seguinte questão: quais são as principais visões dos acadêmicos do curso de pedagogia da Fameta diante das repercussões do Prouni em suas condições de acesso, permanência e egresso da graduação? Com esta questão, deu-se início à construção dos aspectos metodológicos iniciais. Ressalta-se que foram sujeitos da pesquisa quatro acadêmicos, da graduação em pedagogia da Fameta, que concluirão o curso até 2018.

Para a coleta de dados, optou-se pela aplicação de questionário, com base em quatro questões, sendo que todas elas são abordadas nesta análise, por conterem as indicações dos sujeitos sobre a repercussão da política pública enfatizada em suas trajetórias de formação. Os sujeitos de pesquisa foram caracterizados entre A1 (primeiro acadêmico a entregar o questionário concluído) e





x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

- seja professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, para os cursos com grau de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica; ou
- tenha participado do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, a partir da edição de 2010, e obtido, em uma mesma edição do referido exame, média das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos e nota superior a zero na redação.

Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais de 50%, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos um dos requisitos abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em escola da rede particular na condição de bolsista integral da própria escola;
- ser pessoa com deficiência; ou
- ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesse caso, não é necessário comprovar renda. (BRASIL, 2016, p. 1).

Essas informações reforçam a aparente intencionalidade de democratizar o acesso à educação superior. A indicação “aparente”, reforça-se com os apontamentos feitos por Catani et al. (2006), que demonstram o claro propósito do programa: “um estímulo à ampliação das IES privadas” (p.126).

Tal estímulo é comprovado pelo claro uso de recursos públicos no setor privado proposto pelo Prouni. É indiscutível que há um roubo do capital estatal em benefício do fortalecimento privado, valendo-se de um instrumento neoliberal decisivo no setor educacional, privatizando gradativamente a educação superior – mas, atrás da bandeira da democratização do ensino superior e justiça social no país (CATANI et al., 2006)

O roubo de capital, anteriormente mencionado, pode ser explicado pelo o estabelecimento da isenção fiscal, por parte do Governo Federal, para as IES privadas, prevista pela lei nº 11.096 de 2005. , de 13 de janeiro de 2005. Esta isenção leva as IES privadas a ofertarem as desejosas bolsas parciais ou integrais aos acadêmicos que se enquadram no perfil proposto pelo programa e, em contrapartida, o Governo Federal a renunciar alguns dos impostos mais onerosos, antes pagos por estas IES (CARVALHO, 2008).







x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Sei que ele oferece bolsas de estudo 50% e 100% à aqueles que fazem a prova do ENEM e que alcance a média para se inscrever. É importante, pois, ajuda aquelas pessoas que não tem possibilidade de pagar uma faculdade (*Participante A1*).

O Prouni é um programa que veio para atender as necessidades de quem quer cursar uma faculdade e não tem condições para os custos, ele é de suma importância para as famílias de baixa renda (*Participante A2*).

Prouni – Programa Universidade Para Todos do Ministério da Educação foi criado em 2004 e concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas para estudantes que queiram cursar uma graduação superior e que não tem condições de cursar uma universidade ou faculdade particular. (*Participante A3*).

É um programa que garante bolsas de estudo parciais ou integrais em universidades privadas a estudantes brasileiros de baixa renda. É importante, porque oferece bolsas para jovens carentes. (*Participante A4*).

Os sujeitos de pesquisa, neste caso, sugerem o embasamento na ideia de que o Prouni se alicerça em um discurso de justiça social, já que tem como público-alvo os estudantes carentes, cujo um dos critérios de elegibilidade é a renda *per capita* familiar (CARVALHO, 2006). Sendo assim, com base nestas respostas, percebe-se que todas compreendem a finalidade do programa e a quem é destinado, dando a ele a grande importância e representatividade em suas vidas.

O último questionamento fez menção a uma situação hipotética. Os sujeitos de pesquisa deveriam fazer um balanço e se imaginarem em uma situação distinta por meio da seguinte questão: “pense em uma situação hipotética que considere o momento atual das instituições de ensino superior (tanto da Fameta quanto da Universidade Federal de nosso estado): se hoje você estivesse no início do curso de pedagogia e, ao invés da bolsa do Prouni, o governo federal lhe oferecesse uma vaga na instituição pública para cursar o mesmo curso, que opção você faria: continuaria na Fameta ou ingressaria no curso de pedagogia da Universidade Federal? Justifique sua resposta”.

É importante considerar, na exposição desta questão, a multiplicidade de respostas pressupôs uma análise interessante e distinta. Três acadêmicas afirmaram a permanência na instituição privada – mas, elas apresentam razões distintas para isso.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Não iria para a pública, pois se já sou bolsista não ia precisar me preocupar com a falta de professores, com as greves intermináveis que o sistema público tem. Ainda levaria em conta que as faculdades particulares tem em seu quadro de professores sempre os melhores. Na particular teria data para o início e o término do curso, privilégio que não teria no ensino superior público (*Participante A2*).

Continuaria na Fameta, porque com a atual situação das universidades, onde se tem a data de início do curso, mas não a data do término, devido às greves, com certeza a qualidade do meu aprendizado seria inferior. Tenho amigos que estudam na Universidade Federal do Acre e sempre estão desanimados ou frustrados com as greves que atrasam os semestres, e também alguns professores que não ensinam com qualidade seus conteúdos e disciplinas, deixando a formação de seus estudantes prejudicada (*Participante A3*).

Dependeria, porque na Universidade Federal tem muitas greves e assim não saberia quando me formaria. Já na privada tem o ano certo para me formar. Mas se a Universidade Federal não tivesse essas greves talvez mudaria de instituição (*Participante A4*).

Neste caso, as participantes A2, A3 e A4 revelam em suas respostas um fator real e negativo presente nas IES públicas: às greves. Assim, como estes sujeitos de pesquisa, diversos acadêmicos contemplados pelas bolsas do Prouni, optam por estas e pela formação em instituições privadas “pela certeza do cumprimento de prazos, principalmente no que diz respeito à ausência de greves” (OLIVEIRA e PINTO, 2008). De certo modo, as greves denigrem a imagem das Universidades Federais no país que, como comentou A3, prejudicam os acadêmicos que buscam rápido (ou, pelo menos, programável) acesso ao mercado de trabalho.

Por outro lado, tem-se o relato da participante A1, que demonstrou por meio de sua justificativa, outro aspecto que pode ser considerado um dos atrativos para os jovens do país que sonham em cursar uma graduação superior, ou seja, o status ofertado pelas Universidades públicas (SILVA, 2007).

Iria para a Federal. Pois ela pode te garantir uma chance maior de escolha. Exemplo: eu, da Fameta, entrego um currículo em uma escola outra pessoa da Federal entrega o currículo também na mesma escola. A chance dela ser chamada primeiro que eu é bem maior, quando eu me refiro a uma escola particular. (*Participante A1*).





x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

quem o critique, já que, mediante a isenção de impostos às IES particulares e a contrapartida das bolsas de estudo, o Governo Federal deixa de arrecadar fatia considerável de seu orçamento, anteriormente previsto (CARVALHO, 2008). Esse arranjo é motivo de repúdio pelo setor público, acreditando que as IES públicas deveriam receber os recursos públicos “doados” às IES privadas, essencialmente favorecidas pelo programa.

É essa dualidade que se apresenta como questão chave nas discussões que envolvem o Prouni. As justificativas utilizadas pelos partidários e não partidários do Prouni foram apresentadas neste texto. De um lado, expôs-se o Prouni perante o discurso de justiça social para a democratização do acesso/permanência no ensino superior; do outro lado, apontou-se o Prouni como “combustível” que eclodiu e fortaleceu as IES privadas, o que comprometeu de certo modo o setor público, como bem expressa Lahuerta e Nogueira (2001, p.157).

Atacada por todos os lados, a Universidade pública encontra-se como que suspensa no ar: coisa de sua história e de sua importância estratégica, mas com terríveis dificuldades para se por diante de um mundo que muda depressa demais e subverte a cultura, os padrões do conhecimento científico e a natureza das instituições. Ou seja, as Universidades estão sofrendo as consequências do espírito do tempo e se veem – elas também – imersas numa profunda crise de valores e projetos.

Ao se pensar na contrapartida proposta pelo programa, o Prouni cumpre o que estabeleceu em sua criação, já que o programa garantiu o acesso ao ensino superior de milhares de brasileiros que viram no Prouni a oportunidade de ascensão social e econômica – também sonhada (e inalcançada) nas IES Públicas.

Essa questão ficou clara, levando em conta as visões das acadêmicas beneficiárias do Prouni que, neste estudo, foram sujeitos de pesquisa. Reforça-se que todas elas assumem uma postura favorável ao programa, atribuindo ao Prouni a responsabilidade pelo acesso e permanência na graduação. Nesse contexto, há uma valorização das IES Privadas em detrimento das IES Públicas, apesar destas últimas ainda carregarem a ideia de *status* de formação.





x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

em: 31 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prouni – 2º processo seletivo de 2016.** 2016. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2016.

CARVALHO, C.H.A. **A Política Pública para a Educação Superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 2011. 465f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000784998&fd=y>. Acesso em: 05 mai. 2016.

CARVALHO, C.H.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p.979-1000, Out. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302006000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016). Acesso em: 05 abr. 2016.

CARVALHO, C.H.A. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 209-244, Jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742014000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742014000100010). Acesso em: 05 mai. 2016.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?**. **Rev. Educar.** Curitiba, n.28, p. 125-140, Mês. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28>. Acesso em 05 de mai. 2016.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?**. **Rev. Educar.** Curitiba, n.28, p. 125-140, Mês. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28>. Acesso em 05 de mai. 2016.

CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-702.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental  
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAHUERTA, M. NOGUEIRA, M. A. **Greves, crises e poder de agenda na Universidade.** Tempos de greve na Universidade Pública. Marília: Cultura Acadêmica, 2001.

OLIVEIRA, L.D.S. PINTO, S.R.R. **Percepções de estudantes do Prouni sobre sua própria formação.** 2008. Relatório de Iniciação Científica. Bacharelado em Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio\\_resumo2008/relatorios/ccs/adm/adm\\_lidiane\\_duarte\\_silva\\_de\\_oliveira.pdf](http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/adm/adm_lidiane_duarte_silva_de_oliveira.pdf). Acesso em: 21 mai. 2016.

PAVAN, R. GRANDO, M.S. **O programa Prouni e a política de concessão de bolsas para o ensino superior privado: uma análise de 2005 a 2011.** 2012. IX ANPEDSUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. **Anais...** Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Politica\\_de\\_Educacao\\_Superior/Trabalho/05\\_33\\_01\\_1484-7378-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Politica_de_Educacao_Superior/Trabalho/05_33_01_1484-7378-1-PB.pdf). Acesso em: 21 mai. 2016.

SARAIVA, L.A.S.; NUNES, A.S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v.4, n.45, p.941-64, jul./ago. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n4/a03v45n4>. Acesso em: 30 mai. 2016.

SILVA, T.M.L.G. **Representações Sociais de discentes sobre Universidade: um estudo psicossocial entre ingressantes do vestibular e da seleção do ProUni.** Dissertação – Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14238/1/TarcimariaRLGS.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2016.